



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 6/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico para contratação pessoa jurídica especializada no fornecimento de serviço de erradicação e prevenção de pragas urbanas e vetores para atender às necessidades do Tribunal Eleitoral de Rondônia.

2 - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e do material necessário ao serviço (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo), objetivando eliminar e prevenir a ocorrência de vetores, parasitas, insetos e realizar o controle de pragas urbanas que possam prejudicar a saúde humana, nas seguintes instalações prediais da Justiça Eleitoral de Rondônia, no município de Porto Velho-RO, todos próximos uns aos outros (mesma quadra e adjacências):

- Prédio Sede da Justiça Eleitoral e Anexo II - situados na Av. Presidente Dutra, 1889 – Areal;
- Prédio do Fórum Eleitoral, situado na Rua Jacy Paraná, s/n - Baixa União;
- Prédio Anexo III - Seção de Transportes/Estacionamento, situado na Av. Rogério Weber, s/n, esquina com Raimundo Cantuária, Baixa União;
- Prédio do Arquivo Geral, situado na Av. Rogério Weber, 1024 – Baixa União.

2.1 – Detalhamento do Objeto

A Contratada deverá efetuar os serviços de acordo com as especificações abaixo:

- 1) Os serviços de **DEDETIZAÇÃO** consistem na aplicação de produtos químicos nas áreas internas e externas dos imóveis relacionados no Item 2 deste Projeto Básico, com as seguintes características: incolor, inodoro e inofensivo à saúde humana, eficaz à prevenção, ao combate e ao extermínio de insetos rasteiros e voadores, ao combate a formigas, mosquitos, baratas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aracnídeos e insetos de um modo geral, com aplicação de iscas atrativas quando necessário. A aplicação de inseticidas, repelentes e desinfetantes contra insetos rasteiros e voadores pode ser efetuada pelo sistema de micropulverização central e linear em spray, gel ou massinha, todos com a composição química de domissanitário e outras técnicas que não causem danos à saúde humana;

2) Os serviços de **DESRATIZAÇÃO** consistem na aplicação de produtos químicos, iscas e armadilhas estratégicas nas áreas internas e externas dos imóveis relacionados no Item 2 deste Projeto Básico, com objetivo de prevenir, combater e exterminar roedores, tais como: ratazanas (*ratus norvegicus*), rato de telhado (*rattus-rattus*), camundongos(*mus-musculus*) e outros. A aplicação pode ser feita por meio de iscas parafinadas, iscas granuladas, iscas cereais, pó de contato, armadilhas adesivas e outras técnicas pouco agressivas à saúde humana. Os produtos raticidas nas formulações de iscas granuladas, parafinadas e pó de contato devem ser sempre aplicados mediante um recipiente denominado posto de visita e/ou cocho para maior segurança;

2.2 – Do agrupamento dos itens em lote único:

Todos os serviços inclusos neste Projeto Básico podem ser feitos por qualquer das empresas que atuam nesse ramo específico do mercado. Por isso, tais itens foram agrupados no mesmo lote, caracterizando a composição dos serviços em um único objeto a ser contratado, pois apresentam características semelhantes e comuns ao mercado ofertante. Assim, entende-se que os serviços apresentam similaridade pela ótica das empresas prestadoras destes, que oferecem carteira de serviço similar no segmento de mercado de prevenção, combate e controle de pragas urbanas e higienização de ambientes.

3 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Da necessidade

A presente contratação visa proporcionar medidas preventivas e corretivas que venham a impedir a instalação, proliferação e ocorrências de vetores, insetos, parasitas e roedores que possam ameaçar a saúde humana e garantir condições adequadas de higiene e salubridade, a prevenção e a desinfestação de pragas nos imóveis na Justiça Eleitoral em Porto Velho/ RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, decorrido algum tempo desde a última dedetização/desratização realizada, necessária se faz novas aplicações, haja vista recentes manifestações de insetos e roedores, como medida imediata de controle de proliferação, sob pena de possível comprometimento da saúde dos servidores e demais usuário das instalações.

Os serviços a serem contratados, constituem condição primária para a manutenção da saúde humana, de modo a evitar a ocorrência de doenças diversas causadas e transmitidas por esses vetores e pragas urbanas, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada em serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas, pois a Administração Pública deve zelar e preservar a integridade do patrimônio público, mantendo sempre salubre o ambiente de trabalho dos seus servidores, magistrados e demais usuários dessa Justiça Especializada.

3.2 – Do Planejamento Estratégico

A presente contratação vai ao encontro do objetivo traçado no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral de Rondônia, qual seja:

- GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS – manter as unidades da Justiça Eleitoral em perfeitas condições de atendimento ao público interno e externo;

Também se alinha ao valor contido em nosso Mapa Estratégico: a RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL (Assumir uma atitude responsável em relação ao meio ambiente e à sociedade).

3.3 – Critério de Sustentabilidade Ambiental

3.3.1 – Na especificação do objeto deste Projeto Básico exige-se que os produtos empregados não causem danos à saúde humana;

3.3.2 – As empresas devem apresentar Licença Ambiental de Operação;

3.3.3 – As empresas devem apresentar certificado de regularidade expedida pelo IBAMA;

3.3.4 – Os Produtos químicos a serem utilizados na execução do serviço deverão estar registrados e liberados pela ANVISA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3.5 – As empresas devem executar o recolhimento das embalagens dos produtos empregados, objetivando a correta destinação.

4 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA GARANTIA

4.1 – QUANTO ÀS ORIENTAÇÕES DA EXECUÇÃO GERAL DO SERVIÇO:

1. Quando da execução do serviço, deverá ser realizado sob orientação de Técnico Habilitado devidamente registrado no Conselho Profissional competente e observados procedimentos específicos, bem como empregados produtos e técnicas diferenciadas nas seguintes áreas: refeitórios, biblioteca e copas, utilizando-se produtos eficientes e adequados nessas instalações;
2. Os produtos químicos domissanitários utilizados na execução do serviço deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece Resolução Normativa – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, publicado no D.O.U de 26/10/2009 e demais normas vigentes;
3. Os produtos utilizados serão aplicados tantas vezes quantas forem necessárias para a obtenção de um resultado eficaz (a critério da contratada);
4. Fornecer para uso de seus empregados Equipamento de Proteção Individual (EPI), adequado ao risco, requerido na execução das atividades, em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como para as pessoas designadas pela Contratante para fazer a abertura dos ambientes e acompanhar a execução dos serviços. Todos os EPI's devem possuir Certificado de Aprovação – C.A. expedido pelo Ministério do Trabalho e INMETRO;
5. Executar o objeto contratado dentro dos padrões estabelecidos pela Contratante por intermédio de pessoas devidamente qualificadas;
6. Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
7. Todos os materiais, bem como seu uso e aplicações deverão atender as orientações legais;
8. Apresentar, quando for o caso, por escrito, à contratante, orientações que visem manter a perfeita manutenção da situação buscando evitar a ocorrência de pragas urbanas e vetores;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos e gordura, ralos de banheiros e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais;
10. A empresa deverá fornecer a mão de obra, vestuário adequado (Uniforme) e crachá de identificação dos funcionários, bem como, todos os equipamentos, instrumentos de segurança e ferramentas e materiais de consumo necessários à execução do serviço;
11. A contratada deverá emitir, obrigatoriamente, RELATÓRIO TÉCNICO após a realização do serviço objeto deste Projeto Básico, informando: nome do funcionário responsável pela execução do serviço, produtos aplicados, situação encontrada e situação atual, informar o período de garantia do serviço e se for o caso, orientações e recomendações que visem evitar a ocorrência de pragas urbanas, vetores e alojamento de aves e morcegos, e outras informações que julgarem relevantes;
12. Os produtos aplicados não poderão causar manchas nos mobiliários, documentos e paredes integrantes dos imóveis.
13. Pelo não cumprimento de alguma regra prevista neste Projeto Básico, a empresa Contratada deverá apresentar justificativa por escrito, que após a situação será avaliada pela Gestão do Contrato;
14. Dentro do período de garantia do serviço, caso ocorra a incidência de insetos, pragas urbanas e vetores, que demande serviço corretivo, a contratada será acionada e deverá realizar novo serviço no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, corrigindo e garantindo a manutenção da normalidade da situação. Neste caso, todos os gastos realizados em razão de ocorrência registrada dentro do período de garantia ficarão a cargo da empresa Contratada, não havendo pagamento a ser realizado pela Contratante;
15. Se em decorrência da realização do serviço ocorrer destruição ou avaria de mobiliários e equipamentos, manchas nas pinturas das paredes, obstrução da tubulação de água corrente e outros prejuízos decorrentes da realização do serviço, caberá a empresa Contratada reparar e restabelecer os bens avariados ou restabelecer a situação inicial no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da notificação;
16. Durante o horário da execução do serviço não deverá haver expediente interno ou externo, e após a aplicação do serviço, deverá haver um período de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas sem que haja atividades funcionais na unidade administrativa;
17. Cumprir as demais condições necessárias à plena execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2 – QUANTO À DEDETIZAÇÃO, ORIENTAÇÕES GERAIS:

1. O serviço será realizado nas áreas internas e externas dos imóveis.
2. A área interna inclui: paredes, divisórias, pisos, teto, ralos, caixas de gordura, etc.
3. A área externa inclui: paredes, pisos, caixas de gordura, fossas, portões, árvores, calçadas e sumidouros (ou similares se houver);
4. O serviço será realizado em todos os ambientes e compartimentos internos dos respectivos prédios, incluindo áreas internas de pisos elevados, áreas internas de forros, caixas de gorduras e esgotos, portas, rodapés, banheiros, áreas de circulação, áreas de escadas, copas, depósitos, lixeiras, ralos, dentre outros compartimentos internos e em locais onde for localizada a ocorrência de focos; Devem ser utilizados produtos não prejudiciais à saúde humana;
5. Na execução do serviço, deverão ser utilizadas técnicas de PULVERIZAÇÃO (Spray), e quando necessários à plena execução do serviço através de ISCAGEM e GEL e empregando sempre produto atóxico, incolor, inodoro, inofensivo à Saúde Humana e ao Meio Ambiente e eficaz ao combate e ao extermínio dos insetos, aracnídeos e afins.
6. Realizar tratamento de toda canalização de esgoto visando inibir a ocorrência por áreas dos esgotos das edificações;
7. Implantar barreira química no entorno das edificações;
8. Executar outras ações necessárias à plena execução do serviço.

4.3 – QUANDO À DESRATIZAÇÃO, ORIENTAÇÕES GERAIS:

1. O serviço será realizado nas áreas internas e externas dos imóveis;
2. O serviço será realizado em todos os ambientes e compartimentos internos do respectivo prédio, incluindo áreas internas de pisos elevados, áreas internas de forros, caixas de gorduras e esgotos, portas, rodapés, banheiros, áreas de circulação, áreas de escadas, copas, depósitos, lixeiras, ralos, dentre outros compartimentos internos e em locais onde forem localizados a ocorrência de focos;
3. Realizar tratamento de toda canalização de esgoto visando inibir a ocorrência por áreas dos esgotos das edificações;
4. Retiradas de animais mortos, quando localizados;
5. Executar técnicas que garantam a efetividade do serviço;
6. Executar outras ações necessárias à plena execução do serviço.

4.4 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.4.1 - A Contratada obriga-se a garantir o serviço objeto deste Projeto Básico pelo prazo de 04 (quatro) meses, contados após a realização do serviço, comprometendo-se a adotar medidas corretivas necessárias, após a notificação. Medidas essas que deverão ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação feita pela CONTRATANTE.

4.4.2 - Caso haja necessidade de nova aplicação do serviço dentro do prazo de garantia, a mesma ocorrerá às custas da empresa contratada.

4.5 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.5.1 - A Contratada deverá executar os serviços conforme abaixo:

4.5.1.1 - Uma aplicação geral, relativa aos itens 1 e 2 da Proposta (dedetização, desratização), após a entrega da Nota de Empenho, a ser executado no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da autorização da Seção de Administração Predial/SEAP do TRE-RO, em data a ser definida por essa Seção, considerando o momento mais oportuno para o órgão.

4.5.1.2 - Após **06 (seis) meses** da primeira aplicação deverá ser executada a segunda aplicação, relativa aos itens 1 e 2 da Proposta (dedetização e desratização).

5 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.1 - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

5.1.1 – Os funcionários da empresa contratada deverão ser identificados previamente na Seção de Administração Predial/SEAP, com a finalidade de permitir acesso às dependências do TRE-RO;

5.1.2 – Caso aconteça alguma ocorrência de pragas urbanas dentro do período de garantia após a execução dos serviços, a empresa deverá fazer o reforço da aplicação do serviço no prazo inadiável de **48 (quarenta e oito) horas** contados do recebimento da notificação;

5.1.3 – A empresa deverá recolher as embalagens dos produtos empregados imediatamente após o término da execução do serviço;

5.1.4 - Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato, tão logo seja possível constatar a conclusão;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1.5 – O recebimento dos serviços dar-se-á através de Certidão atestando a execução do serviço pelo fiscal do contrato;

5.1.6 - Caso seja constatado qualquer avaria de mobiliário, equipamento ou qualquer outro dano decorrente da execução do serviço, a empresa será notificada, obrigando-se a reparar o dano ocorrido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento da notificação;

5.1.7 – Após a execução dos serviços a empresa deverá remeter a gestão do contrato o relatório de execução do serviço, representando o relatório de conclusão dos serviços emitido pela Contratada;

6 – DOS VALORES DOS SERVIÇOS

6.1 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1.1 - O valor da contratação foi apurado junto as empresas que atuam nesse segmento de mercado.

6.1.2 - Dentre as quatro cotações válidas para os serviços a serem contratados, a empresa **Biotech Soluções em Biotecnologias Ltda-Me** apresentou o menor preço conforme abaixo demonstrado, além de atender às exigências contidas no item 8 deste Projeto Básico (evento [0642801](#)).

LOTE ÚNICO - Prédio Sede, Anexo II, Fórum Eleitoral, Anexo III e Arquivo Geral					
Item	Discriminação	Área	Nº de Aplicações	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de dedetização e desratização em área interna , com fornecimento de mão de obra e do material necessário ao serviço (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo).	9.062 m²	2	R\$ 1.999,00	R\$3.998,00
2	Serviço de dedetização e desratização em área externa , com fornecimento de mão de obra e do material necessário ao serviço (equipamentos, ferramentas, utensílios e	4.513 m²	2	R\$ 1.011,00	R\$2.022,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

material de consumo).				
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$6.020,00

6.2 – OBSERVAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA

6.2.1 - Na elaboração da proposta para esta contratação deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

6.2.2 - A proposta de preços apresenta o preço unitário definido estabelecido por área, que será executado de acordo com as técnicas apropriadas que o serviço requer, tendo o custo total obtido pelo produto do valor unitário pela área informada para cada serviço a ser contratado.

6.2.3 - No valor global também estão inclusos os custos da Contratada relativos a seguros e aos tributos de qualquer natureza, bem como os custos com outras despesas que direta ou indiretamente incidam sobre o objeto do contrato.

6.2.4 - A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, porém, caso seja apresentado prazo superior, este prevalecerá.

6.2.5 – Devem ser indicadas as marcas dos produtos químicos a serem utilizados para se verificar se estão registrados e liberados pela ANVISA.

6.3 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

6.3.1 Assim sendo, pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se, s.m.j, que a aquisição pretendida pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal.

6.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA

Nome da Empresa: **Biotech Soluções em Biotecnologia Ltda-Me**

CNPJ: **13.704.431/0001-80**

Telefone: **69-3229-1000 / 99241-3798**

E-mail: **portovelho@trulynolen.com.br / rondonia@trulynolen.com.br**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Representante: **Samara Lima do Amaral, CPF: 727.621.952-68, RG 750739 SSP/RO**

Dados bancários: **Banco do Brasil 001, Agência 0102-3, Conta Corrente 129.284-6**

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

7.1 - As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão por conta dos Orçamentos Ordinários dos exercícios de 2020 a de 2021, conforme abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA	Operação de Serviços Administrativo
PLANO INTERNO	AIEF LIMPEZ
VALOR PARA EXERCÍCIO DE 2021	R\$ 6.020,00

8 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE HABILITAÇÃO

8.1 – Como condição de participação as empresas deverão apresentar as seguintes certidões:

1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
3. Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS (CRF).
4. Certidão Negativa do CNJ

8.2 - Como condição de habilitação, a empresa a ser contratada deverá apresentar os seguintes documentos pertinentes às atividades de controle de pragas:

1. O registro do responsável técnico no respectivo conselho profissional
2. O registro da Empresa junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;
3. Alvará de funcionamento válido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Licença/inscrição Sanitária e ambiental, válida, expedido pela autoridade sanitária ou ambiental competente da comarca da licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária e ambiental local, pela autoridade sanitária e ambiental competente estadual a que o município pertença.
5. Licença Ambiental de Operação.

Obs: Os documentos acima constam no evento [0640356](#) e [0644333](#)

8.3 - A empresa deverá manter-se, até o término da execução dos serviços e respectivo pagamento, todas as condições de habilitação exigidas.

8.4 - Da Visita técnica

8.4.1 - As empresas poderão realizar previamente visita técnica às instalações do TRE/RO.

9 – DO CONTRATO

9.1 - DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO PELA NOTA DE EMPENHO

9.1.1 - O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, poderá ser substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

9.2 – Da Execução do Serviço:

9.2.1 – O serviço será realizado nas áreas internas e externas dos imóveis, incluindo:

1. - Guaritas;
2. - Forros;
3. - Caixa de Gordura, ralos e rede de esgoto;
4. - Pátios Externos e áreas externas dentro da propriedade do imóvel;
5. - Jardins;
6. - Pátio interno ou sacadas;
7. - Demais compartimentos internos dos imóveis.

9.2.2 - As medidas em metros quadrados total dos imóveis estão indicadas no subitem 6.1.1 deste Projeto Básico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3 – Obrigações da Contratada:

9.3.1 - A Contratada deverá comunicar por escrito a Identificação e o número de Registro do Responsável Técnico pela orientação do serviço realizado, assim como a identificação do responsável pela execução do serviço em cada município;

9.3.2 - Fornecer todos os materiais para a execução do serviço e realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação e seus anexos e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;

9.3.3 - Expedir relatório após a execução do serviço, que informe a situação encontrada no local, serviços realizados, materiais empregados e o dia e o horário da realização do serviço, assim como o responsável pela execução e prazo de garantia do serviço, além de orientações para manutenção das condições de normalidade e outras informações relevantes;

9.3.4 - Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados de sua notificação, o serviço no qual forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado, ou quando sejam registradas ocorrências de pragas dentro do período de garantia;

9.3.5 - Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução do serviço, taxas incidentes, matrícula específica para o serviço e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

9.3.6 - Apresentar Certificado de Garantia contendo no mínimo: nome do cliente, endereço do imóvel; praga (s) alvo, grupo químico dos produtos utilizados; nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número de seu registro no Conselho correspondente; número do telefone do Centro de Toxicologia mais próximo e endereço e telefone da empresa especializada.

9.3.7 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

9.3.8 - Executar o objeto do contrato, em conformidade com a Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, ANVISA/MS, no dia devidamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

agendado pelo cronograma, se comprometendo a não transferir a terceiros por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

9.3.9 - Recolher e dar destino final adequado às embalagens e outros materiais utilizados nos serviços contratados;

9.3.10 - Apresentar no local da realização dos serviços pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;

9.3.11 - Fornecer todos os equipamentos necessários, tais como ferramentas, instrumentos de segurança, maquinaria, fardamento, crachá de identificação, aparelhamento e material de consumo adequado à execução dos serviços;

9.3.12 - Apresentar ao Gestor do Contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a aplicação do produto, RELATÓRIO referente ao LAUDO TÉCNICO dos serviços prestados, nos termos registrados no subtópico “9.3.3”;

9.3.13 - Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos, comerciais e demais encargos incidentes sobre o serviço contratado;

9.3.14 - Assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução do serviço contratado;

9.3.15 - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;

9.3.16 - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

9.3.17 - sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

9.3.18 - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3.19 - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do serviço objeto do contrato;

9.3.20 - Manter durante toda a execução e até o pagamento final, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.3.21 - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;

9.3.22 - Utilizar na execução dos serviços somente produtos registrados/aprovados pelo Ministério da Saúde ou órgão fiscalizador equivalente, cuja composição detalhada deverá constar no Relatório constante no subtópico “9.3.3”.

9.3.23 - Executar outras ações previstas neste Projeto Básico e as que caibam a correta realização do serviço.

9.4 – Obrigações da Contratante:

9.4.1 - Designar representante com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

9.4.2 - Comunicar, imediatamente, à empresa qualquer irregularidade ou falha apresentada nos locais onde foram executados os serviços, para refazer os serviços, caso necessário.

9.4.3 - Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação.

9.4.5 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas.

9.4.6 - Efetuar o pagamento conforme especificado neste Projeto Básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.5 – Da Fiscalização e Gestão

9.5.1 - A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo da Chefia da Seção de Administração Predial – SEAP do TRE/RO, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

9.5.2 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

9.5.3 - Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será feito, mediante ordem bancária – ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta **corrente indicada na proposta**, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos ao da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

10.2 – A Nota Fiscal deverá ser apresentada pela contratada após a realização do serviço;

10.3 – Deverá acompanhar a Nota Fiscal, a cópia do Certificado de Garantia dos serviços realizados forem realizados os serviços.

10.4 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.5 – Eventual compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.6 – O órgão, no ato do pagamento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, fará todas as retenções tributárias previstas na legislação.

11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, ensejará a aplicação de multa de mora à contratada no montante 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 05 (cinco) dias, podendo caracterizar a inexecução da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

11.2 - Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3 - A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal.

Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN-TRE/RO n. 004/08.

11.4 – A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será atualizado pela SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a CONTRATADA não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.5 – As multas aqui previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.6 - Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS LARA SANTOS**, Técnico Judiciário, em 29/12/2020, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003183-19.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação – contratação de serviço de empresa especializada nos serviços de dedetização e desratização.

PARECER JURÍDICO Nº 304 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo que tem por objetivo a tramitação dos autos visando a contratação direta por dispensa de licitação de empresa especializada nos serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e do material necessários (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo) para atender as necessidades deste Regional ([0608832](#)).

02. O processo foi encaminhado a esta AJDG por determinação do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (Despacho nº 2630/2020 – PRE/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0646305](#)), para emissão de parecer jurídico sobre contratação pretendida acima descrita.

03. Em análise preliminar esta AJDG verificou a necessidade de diligenciar a unidade demandante para regularizar a disponibilidade orçamentária para suportar a despesa, nos termos da Solicitação de Diligência – PRES/DG/AJDG (0650963).

04. A unidade SEAP atendeu a diligência e fez remessa dos autos a COFC para o ajuste no orçamento, solicitou a Programação Orçamentária no valor de R\$ 6.020,00 (ou complemento no valor de R\$ 1.020,00), para fazer face à contratação relativa ao Projeto Básico 6 ([0644335](#)), cujo valor global, a ser executado no exercício de 2021 é R\$ 6.020,00 (seis mil e vinte reais).

05. A SEAP realizou a cotação de preços para a contratação pretendida conforme consta na Informação Nº **131/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP** ([0642872](#)) foram selecionadas quatro empresas em situação de regularidade fiscal ([0642798](#), [0642801](#), [0641623](#) e [0642826](#)), sagrou-se vencedora a empresa **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME.** - CNPJ nº 13.704.431/0001-80.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. O aludido PB citado ([0644335](#)) contém a descrição do objeto e seus complementos, a justificativa dos serviços, conformidade com o planejamento estratégico e critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação baseado na cotação de preços, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, do contrato, da garantia contratual, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

07. Veio aos autos a programação orçamentária ([0650396](#)) no valor de **R\$ 6.020,00** (seis mil e vinte reais), com a anotação de que: Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. **2.** Proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#). **3.** Programação orçamentária em substituição a registrada no evento nº [0650396](#).

08. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica (Remessa nº 24/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP – [0654918](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**(dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

junho de 2018, que estabelece o valor de **R\$ 176.000,00**(cento e setenta e seis mil reais).

12. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 6.020,00** (seis mil e vinte reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 6 ([0644335](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0642872](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Ademais, a **Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020**, convertida na Lei nº 14.065, de 30/09/2020 manteve os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, “b”, o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

14. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, supõe-se verificado nos autos pelo setor competente que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

15. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

16. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexistência**.

17. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

18. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

19. No caso em comento, foram obtidas no mercado local 04 (quatro) cotação de preços válidas - ofertada por empresas aptas a contratar com o setor público, atendendo assim o entendimento da Corte Nacional de Contas.

20. No caso ventilado, a empresa vencedora **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME.** - apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados no evento [0642801](#). Assim, este requisito deve ser observado pela Administração antes de efetivada a contratação.

21. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME. - CNPJ nº 13.704.431/0001-80**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, **todavia, antes da assinatura do contrato, as certidões da empresa vencedora do certame devem ser atualizadas.**

22. De outro lado, o Projeto Básico 6 ([0644335](#)), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

23. Com relação ao instrumento contratual o mesmo será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93, nos termos do item 9.1.1 do PB.

III – DA CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa - **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME. - CNPJ nº 13.704.431/0001-80**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

25. Para demonstrar que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa, sugere-se a anotação nos Estudos Preliminares ou certificado nos autos pela unidade competente para melhor instrução dos autos.

26. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/01/2021, às 21:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003183-19.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação de serviço de empresa especializada nos serviços de dedetização e desratização – dispensa de licitação.

DESPACHO Nº 143 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL (SEAP), com o objetivo de contratar empresa especializada nos serviços de dedetização e desratização, com fornecimento de mão de obra e do material necessário à execução do serviço (equipamentos, ferramentas, utensílios e material de consumo) objetivando eliminar e prevenir a ocorrência de vetores, parasitas, insetos e realizar o controle de pragas urbanas que possam prejudicar a saúde humana, nas instalações prediais da Justiça Eleitoral de Rondônia, no Município de Porto Velho-RO ([0608832](#)).

Para tanto a SEAP juntou Documento de Formalização da Demanda ([0608884](#)), Estudos Preliminares ([0608886](#)), Minuta do Projeto Básico ([0608961](#)) e formulário de Cotação de Preços n. 003/2020-SEAP ([0636605](#)).

Carreou-se aos autos, também, as cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas EMOPS EIRELI, CNPJ nº 04.796.496/0001-02 ([0638251](#)); BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ nº 13.704.431/0001-80 ([0640356](#)); JH SERVICE NORTE EIRELI-ME, CNPJ n. 22.508.298/0001-88 ([0641623](#)) e COMBATE LTDA.-EPP, CNPJ n. 07.529.101/0001-01 ([0641950](#)).

O Projeto Básico nº 6/2020 – SEAP ([0644335](#)) dimensionou o valor total da contratação em R\$ 6.020,00 (seis mil e vinte reais), descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de contratação direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Coordenadora de Material e Patrimônio concluiu pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa Biotech Soluções em Biotecnologia Ltda-ME, CNPJ n. 13.704.431/0001-80 (evento [0640356](#)), por estar em consonância com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0648523](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0654912](#)) no valor de R\$ 6.020,00 (seis mil e vinte reais). Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico n. 304/2021 ([0656176](#)), opinou pela possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993 da empresa **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME. - CNPJ nº 13.704.431/0001-80**; pela aprovação do Projeto Básico n. 6/2020-SEAP ([0644335](#)), bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual, na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93. Ao final, sugere anotação nos Estudos Preliminares ou certificado nos autos pela unidade competente, para melhor instrução dos autos, que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela autorização da despesa; pela aprovação do Projeto Básico; pela **contratação direta** da empresa **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME** - inscrita no CNPJ sob o n. 13.704.431/0001-80, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE ([0656255](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que objetiva proporcionar medidas preventivas e corretivas que venham a impedir a instalação, proliferação e ocorrências de vetores, insetos, parasitas e roedores que possam ameaçar a saúde humana e garantir condições adequadas de higiene e salubridade, a prevenção e a desinfestação de pragas nos imóveis da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME**, CNPJ nº 13.704.431/0001-80 ([0640356](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a contratação em comento, no valor de R\$ **6.020,00** (seis mil e vinte reais).

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1 - aprova o Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico n. 6/2020-

PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0644335](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

2 - autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e

3 - adjudica o objeto à empresa BIOTECH SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ nº 13.704.431/0001-80, por ter apresentado o menor preço, no valor de R\$ 6.020,00 (seis mil e vinte reais), e autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da referida empresa, condicionada à demonstração da sua regularidade fiscal.

À SAOFC, para a continuidade das ações, visando a contratação pretendida e certificar que esta Administração não realizou contratações da mesma natureza, no presente exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tal procedimento deverá fazer parte dos processos de dispensa de licitação, com amparo no art. 24, II, da Lei de Licitações e Contratos, doravante.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 05/02/2021, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.